

política

Motta diz que Câmara deve apreciar acordo UE-Mercosul

Presidente anunciou que priorizará a votação da matéria nesta semana

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que priorizará a votação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul nesta semana, em meio às “incertezas acerca da imposição de tarifas pelos Estados Unidos”. Ele afirmou que “resta ao Brasil lutar pela previsibilidade nas relações internacionais”.

Motta designou o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) como relator do acordo no plenário. Pereira foi ministro do MDIC (Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços) durante o governo de Michel Temer e disse à Folha que agradece a indicação e já retomou as negociações.

O texto só seguirá para o plenário após ser aprovado na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, onde tramita atualmente e é relatado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). O acordo começou a ser analisado em 10 de fevereiro, mas o processo ainda não foi concluído, pois houve um pedido de vista do deputado Renil-



Para deputado, País precisa lutar por previsibilidade das relações externas

do Calheiros (PCdoB-PE). A votação na comissão está prevista para terça-feira.

No relatório, Chinaglia destacou a abertura de novas oportunidades econômicas e ressaltou que o acordo será o maior do mundo, abrangendo uma população de 718 milhões de pessoas e um PIB (Produto Interno Bruto) combinado de US\$ 22,4 trilhões.

“O acordo insere o Brasil no centro dinâmico da economia mundial, respeitando nossa so-

berania e garantindo reciprocidade”, afirmou o relator em seu voto.

Em 21 de janeiro, o Parlamento Europeu aprovou um pedido de revisão jurídica do acordo ao Tribunal de Justiça da União Europeia, o que postergará a entrada em vigor do acordo. A última versão do texto adicionou salvaguardas para proteger os agricultores europeus, o que é criticado pelo setor no Brasil. A discussão sobre o acordo leva mais de 25 anos.

Relator da PEC 6x1 será indicado nesta semana

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa será indicado no início desta semana. A declaração consta em vídeo publicado no Instagram de Motta. Segundo o parlamentar, a decisão foi acordada em reunião com o pre-

sidente da comissão, o deputado Leur Lomanto Júnior (União-BR).

“O relator da proposta na comissão já será indicado no início desta semana. Combinamos também que a tramitação sobre a admissibilidade se dará até o final do mês de março. O debate será ampliado na comissão especial que será criada após a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça”, afirmou.

No vídeo, Motta afirma que a discussão é legítima, mas pondera que ela precisa ser feita com responsabilidade. “Além de ouvir os trabalhadores, os representantes sindicais, nós queremos ouvir também quem emprega, os empresários, para que tudo isso seja conduzido sem radicalismo, sem imposição e sem improviso, com compromisso com o nosso país”, disse.

STF formaliza ação que torna Eduardo Bolsonaro réu

/ JUSTIÇA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formalizou, na quinta-feira, a abertura de ação penal contra o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelos crimes de obstrução à Justiça e coação no curso do processo. Relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes conduz a ação. Com a decisão, Eduardo passa oficialmente à condição de réu.

A denúncia foi recebida por unanimidade pela Primeira Turma da Corte em novembro de 2025, no âmbito das investigações sobre a trama golpista. Ao aceitar a acusação, os ministros entenderam haver indícios suficientes para a abertura do processo.

A reportagem procurou Eduardo Bolsonaro para comentar a decisão, mas não houve retorno. A Procuradoria-Geral

da República (PGR) denunciou Eduardo e o blogueiro Paulo Figueiredo sob a acusação de articularem, nos Estados Unidos, a imposição de sanções contra ministros do STF.

Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, a iniciativa buscava pressionar a Corte a não condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no processo da tentativa de golpe.

CPI dos Pedágios vota hoje o comparecimento de Leite em oitiva

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura possíveis irregularidades nas propostas de concessões rodoviárias dos Blocos 1, 2 e 3 de estradas gaúchas deve votar nesta segunda-feira dois requerimentos: um de convocação e outro de convite do governador Eduardo Leite (PSD) para depor. O chefe do Executivo pediu, em 11 de fevereiro, para ser ouvido na CPI dos Pedágios.

A diferença entre convocação e convite é que na primeira opção a participação do depoente é obrigatória, enquanto na segunda é facultativa. O requerimento de convocação foi proposto pelo presidente da CPI, deputado Paparico Bacchi (PL), enquanto o de convite foi protocolado pelo líder do governo Leite na Assembleia Legislativa, deputado Frederico Antunes (PP).

Além da votação do requerimento, a Comissão ouvirá nesta segunda-feira os depoimentos de Luís Roberto Ponte, conselheiro do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer); Francisco Carlos Gonçalves, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Rio Grande do Sul (Fetransul); e de Paulo Ziegler, diretor de Infraestrutura da Fetransul.

A reunião desta segunda ocorre após o colegiado ouvir, na última quarta-feira, o presidente da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs), Marcelo Spilki. Naquela reunião, o relator da CPI

dos Pedágios, deputado Miguel Rossetto (PT), acusou o depoente de passar por um conflito de interesses na fiscalização do Bloco 3 - conjunto de rodovias na Serra Gaúcha concedido à Concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG) em 2023.

Esse conflito residiria no fato de que Spilki trabalhou na Secretaria de Parcerias e Concessões (hoje Secretaria de Reconstrução Gaúcha) durante a modelagem da concessão do Bloco 3. Após participar da estruturação do modelo de negócio nas rodovias desse lote, assumiu como conselheiro da Agergs, cuja função é fiscalizar a concessão do Bloco 3 e outros serviços.

O clima ficou tenso após o relator classificar a concessão do Bloco 3 como “um fracasso”. Ao responder Rossetto, o presidente da Agergs disse que ele e os colegas da Secretaria de Parcerias “comemoraram” o interesse da única empresa que participou da licitação do Bloco 3.

Já o presidente da CPI, deputado Paparico Bacchi (PL), manifestou preocupação com a perda de autonomia da agência regulatória gaúcha. Outros parlamentares presentes lembraram de alertas públicos sobre o enfraquecimento institucional da agência, após a reestruturação do órgão encaminhada para a Assembleia Legislativa pelo governo Eduardo Leite (PSD) em 2024. Em 2023, o então presidente do órgão fiscalizador, Luiz Senna, pediu demissão do cargo e acusou o governo Leite de atacar “a governança, independência e autonomia da Agergs.”

Bolsonaro prepara lista de futuros pré-candidatos ao Senado e a governos

/ ELEIÇÕES 2026

O ex-presidente Jair Bolsonaro está elaborando uma lista de pré-candidatos ao Senado, aos governos estaduais e outros cargos eletivos enquanto segue preso na Papudinha, em Brasília, afirmou neste sábado o ex-vereador Carlos Bolsonaro, em publicação no X.

Carlos disse ter mantido “longa e atenta” conversa com o pai em visita ao ex-presidente, na qual teve a oportunidade de cumprimentar os deputados federais Nikolas Ferreira e Ubi-

ratan Sanderson (ambos do PL). Segundo ele, Bolsonaro apresentou uma crise “severa” de vômitos ao longo da tarde.

“Ainda assim, pediu que eu informasse aos senhores que está confeccionando, inicialmente, uma lista de pré-candidatos ao Senado, aos governos estaduais e a outras participações políticas igualmente relevantes”, escreveu Carlos.

O ex-vereador acrescentou que Bolsonaro se mantém “focado, lúcido e construtivo”, apesar da “evidente degradação de sua saúde”.